

## **Pandemia, governamentalidade e biopolítica: A vida em disputa**

**Pandemia, gubernamentalidad y biopolítica:  
La vida en disputa**

**Pandemic, governmentality and biopolitics:  
Life in dispute**

**Sonia Regina Vargas Mansano \***  
mansano@uel.br

**Paulo Roberto Carvalho \*\***  
paulor@uel.br

**Flávia Fernandes de Carvalhaes \*\*\***  
fcarvalhaes@uel.br

\* *Docente do Programa de Pós-graduação em Administração, do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista Produtividade CNPq - 2.*

\*\* *Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC/SP.*

\*\*\* *Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Psicologia pela UFSC.*

### **Resumo**

*A pandemia pela Covid-19, decretada em 2020, gerou uma série de ações governamentais que incidiram sobre diferentes segmentos da população. Todos tiveram seus cotidianos alterados por práticas outrora impensadas na ordenação capitalista vigente: desaceleração das forças produtivas, isolamento e distanciamento sociais. Diante desse cenário, o estudo teve por objetivo analisar os embates políticos ocorridos em uma cidade de médio porte localizada no interior do estado do Paraná. Os dados, coletados em jornais digitais locais, deram visibilidade a diferentes nuances desses embates. Adotando como norteadores analíticos os conceitos de governamentalidade e biopolítica foi possível demonstrar o quanto a noção de vida passou a ser alvo de disputa entre diferentes poderes institucionais, ao mesmo tempo que essa problemática atingia o conjunto da população. Como conclusão, demonstra-se que os confrontos governamentais aqui analisados ainda estão distantes de uma resolução e evidenciam o quanto as práticas biopolíticas ganharam centralidade na pandemia em curso.*

**Palavras-chave:** *Governamentalidade; Sociedade; Biopolítica; Pandemia; Covid-19.*

### **Resumen**

*La pandemia Covid-19, promulgada en 2020, generó una serie de acciones gubernamentales que afectaron a diferentes segmentos de la población. A todos ellos se les cambió la vida cotidiana por prácticas que antes eran impensables en el orden capitalista actual: desaceleración de las fuerzas productivas, aislamiento social y distanciamiento. Ante este escenario, el estudio tuvo como objetivo analizar los*

*enfrentamientos políticos que tuvieron lugar en una ciudad mediana ubicada en el interior del estado de Paraná. Los datos, recopilados en periódicos digitales locales, dieron visibilidad a diferentes matices de estos enfrentamientos. Adoptando los conceptos de gubernamentalidad y biopolítica como pautas analíticas, fue posible demostrar hasta qué punto la noción de vida se convirtió en tema de disputa entre diferentes poderes institucionales, al mismo tiempo que este problema afectaba a la población en general. Como conclusión, se muestra que los enfrentamientos del gobierno analizados aquí aún están lejos de ser una resolución y muestran cuánta práctica biopolítica ha ganado centralidad en la pandemia ahora en curso.*

**Palabras clave:** *Gubernamentalidad; Sociedad; Biopolítica; Pandemia; Covid-19.*

### **Abstract**

*The Covid-19 pandemic, decreed in 2020, generated a series of government actions that affected different segments of the population. Daily life was modified by practices previously unthinkable in the current capitalist order: deceleration of the productive forces, social isolation and distance. Given this scenario, the study aimed to analyze the political clashes that occurred in a medium-sized city located in the state of Paraná. The data, collected in local digital newspapers, gave visibility to different nuances of these clashes. Adopting the concepts of governmentality and biopolitics as analytical guidelines, it was possible to demonstrate how much the notion of life became the subject of dispute between deferent institutional powers, at the same time that this problem affected the population as a whole. As a conclusion it is shown that the analyzed government clashes are still far from a resolution and that biopolitical practices have gained centrality in the pandemic.*

**Keywords:** *Governmentality; Society; Biopolitics; Pandemic; Covid-19.*

## Introdução

Desde que a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretou a pandemia causada pela Covid-19, em 11 de março de 2020, a governança estatal foi colocada no centro das atenções de nosso país. Nesse cenário foram deflagradas diferentes lutas entre, de um lado, o governo federal que propagou imediata e majoritariamente a necessidade de retomar a atividade econômica a qualquer custo. E, de outro, os governos estaduais e municipais que oscilaram entre as possibilidades de interrupção e retomada dos diferentes segmentos produtivos (indústria, serviços e comércio). É interessante notar que os posicionamentos sobre interditar ou não o funcionamento destes setores são contraditórios. No caso aqui analisado, no entanto, ambos tenderam a adotar como argumento central a defesa da vida. Coube neste estudo, então, compreender quais as concepções de vida adotadas pelos enunciados e agentes dessas enunciações.

Em uma argumentação, o enunciado de luta pela vida consolidou-se na ideia de que a atividade econômica não poderia parar, pois a população trabalhadora precisa do emprego para gerar renda e, assim, sobreviver. Em outra, os gestores preocupados com o colapso no sistema público de saúde enunciavam os riscos de continuidade da atividade econômica que exige a exposição sistemática dos trabalhadores e dos consumidores aos riscos de contaminação pela Covid-19. De um lado a outro, os enunciados provocaram ações e reações em um debate que ganhou contornos biopolíticos (Foucault, 1975/1999). Ficou evidente, assim, que a própria noção de vida entrou em uma disputa que envolveu os poderes de Estado e a população. Em nome da vida, a governança adotou estratégias contraditórias não apenas entre seus níveis (federal, estadual e municipal), mas também na sua interface com a população, com as demais instituições sociais e com o sistema jurídico.

Partindo do cenário político instalado pela Covid-19, o presente estudo teve por objetivo investigar e analisar as diferentes posições políticas assumidas por governos, sociedade civil e população durante a pandemia, valendo-se do estudo de caso acerca das ações de cunho econômico realizadas em uma cidade de médio porte localizada no interior do estado do Paraná. A relevância deste estudo está em compreender como a população da cidade, majoritariamente apoiadora do governo federal nas últimas eleições, enfrentou os embates políticos, econômicos e relacionais trazidos pela pandemia. A concepção de vida enunciada pelos diferentes agentes sociais e instituições implicou efeitos diversos que puderam ser visibilizados na dificuldade populacional e institucional de compreender as dimensões do risco e da mortalidade trazidas pelo vírus, o que acarretou no enfraquecimento das medidas de isolamento e proteção.

Diante desse cenário, a análise versará sobre as ações advindas das instâncias governamentais, do meio empresarial e da população, destacando as oscilações, alternâncias, contradições e efeitos que tais práticas produziram no cotidiano do cidadão, seja ele um empregador, um trabalhador ou um consumidor. Os resultados demonstram como os desdobramentos desse “vai e vem” geraram expressões afetivas de insegurança e desconfiança, particularmente quando adotou a estratégia de minimização da gravidade da pandemia.

Ao final do estudo, será possível evidenciar que a noção de vida presente nos enunciados governamentais e de outros segmentos ganhou contornos diferentes e até contraditórios a depender dos interesses e da perspectiva adotada no contexto da pandemia. O que se constatou, como finalização do estudo, é que quando a concepção de vida está em disputa entre poderes institucionais, a população fica exposta a uma tensão entre a biopolítica e a governamentalidade tornando-se praticamente refém das estratégias e das concepções de vida adotadas.

## Sobre a Trajetória Conceitual e Empírica da Pesquisa

Tendo em vista a investigação em curso, cabe esclarecer seus norteadores teóricos e metodológicos. O material apresentado na sequência é composto por dois momentos: teórico e empírico. No momento teórico é realizada uma explanação sobre o conceito de governamentalidade, resgatando os principais pressupostos históricos descritos por Foucault no curso Segurança, Território e População, ministrado entre 1977 e 1978. Na sequência será abordada a noção de biopolítica, destacando sua interface com as instituições sociais e com a governamentalidade, tendo como balizadores os estudos de Michel Foucault elencados no curso denominado Nascimento da Biopolítica, realizado entre 1978 e 1979.

Em uma vertente mais contemporânea, são utilizados alguns estudos (Descola, 2020; Lazzarato, 2020; Ramonet, 2020; Safatle, 2020,) e entrevistas (Butler, 2020; Chomsky, 2020) elaborados e publicados no contexto da pandemia, que abordaram as intervenções governamentais e sua dimensão política. Tanto os cursos de Foucault quanto as publicações recentes serviram para compreender o enfrentamento da Covid-19 na contemporaneidade capitalística e seus efeitos sobre a vida da população. Assim, será exposto como a noção de vida em contexto capitalista comparece nas práticas governamentais, sendo caracterizada diferentemente a depender do jogo de forças que entra em cena nos enfrentamentos com demais segmentos sociais.

Já na parte empírica será apresentado um registro documental das ações governamentais que provocaram ora o fechamento e ora a abertura de estabelecimentos comerciais e industriais na cidade de Londrina, localizada no interior do estado do Paraná. De acordo com a última estimativa publicada pelo IBGE, em 2019, Londrina possuía 569.733 habitantes (IBGE, 2019). Ela consolidou-se como uma referência comercial e de prestação de serviços para as cidades menores localizadas em seu entorno, em um raio de 100 km. Outrora amplamente conhecida pela produção de café, hoje Londrina é economicamente sustentada por atividades nas áreas de educação, saúde e comércio.

Os registros documentais analisados referem-se a dois momentos: primeiro, o intervalo de 30 dias, logo após a OMS decretar a pandemia, momento decisivo em que a gestão governamental da cidade manteve-se no embate entre interditar ou não as atividades produtivas, culminando com sua abertura completa e conseqüente aumento de casos e mortes. A segunda ocorrência refere-se ao decreto do governo do estado que interditou novamente o setor produtivo na Regional de Saúde da cidade, sendo amplamente questionado pelo poder executivo e pelos empresários locais. Os documentos referentes a esses dois momentos foram selecionados de reportagens publicadas em dois jornais locais e que colocavam em destaque as forças sociais que entraram no embate para defender seus interesses, especialmente econômicos. As palavras norteadoras para proceder tal busca nos jornais foram: COVID, pandemia, comércio, abertura e fechamento.

Os protagonistas dessas ações foram o gestor municipal, a ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), o poder judiciário local, os profissionais da saúde e a população, que foi diretamente atingida. Esta última manifestava suas posições, ora favoráveis ora contrárias à abertura do setor produtivo, por meio de carreatas ou movimentos *on-line*. Será possível demonstrar pelos dados que a situação que se instalou na cidade estudada não foi um caso isolado. A tensão social resultante destes fatos teve ressonâncias, com variações, em outras cidades do estado, do país e do mundo. A repetição desses embates em escala mundial acabou por dar visibilidade às ações governamentais, aos limites deliberativos do governo, bem como às variações nas abordagens sobre a saúde e o bem-estar da população.

Os dados apresentados e analisados foram retirados de dois jornais da cidade que foram aqui considerados documentos de domínio público e que são denominados O Bode e Folha de Londrina. Trata-se de jornais que possuem ampla circulação diária na cidade e região. Tais veículos cobriram praticamente todas as ações dos poderes executivo e judiciário sobre a abertura e fechamento dos setores produtivos da cidade e suas repercussões no cotidiano. Os jornais foram escolhidos como fonte para coleta de dados por disponibilizarem gratuitamente o acesso a suas principais reportagens e, dessa maneira, atingir um público mais amplo. As reportagens aqui apresentadas e analisadas referem-se ao período de 13/03/2020 à 14/07/2020 quando aconteceu uma nova confrontação entre a população e as esferas do governo. As reportagens selecionadas são apresentadas e analisadas em ordem cronológica.

Os dados foram analisados a partir dos conceitos de governamentalidade e biopolítica tal como propostos nas obras de Foucault (1996, 1977/2008, 1978/2008) e alguns de seus comentadores, cujo trabalho é dedicado especialmente à compreensão da COVID 19 (Butler, 2020; Lazzarato, 2020; Safatle, 2020). Como norteador para compreensão das reportagens, recorreremos à análise sociológica do discurso, tal como proposta por Godoi, Coelho e Serrano (2014, p. 518), que atribuem importância aos fatos sociais a partir de sua condição contextual e histórica. Em suas palavras, esse tipo de “análise observa como a realidade social constrói discursos e como estes constroem a realidade social”.

## Da Governamentalidade à Biopolítica: a Concepção de Vida em Disputa

A declaração da pandemia causada pela Covid-19, em 11 de março de 2020, gerou repercussão mundial ao colocar em evidência a vulnerabilidade planetária em relação à saúde populacional, bem como às práticas governamentais correlacionadas. Desde o início, a Covid-19 evidenciava, então, um problema biopolítico que exigiria a ação direta dos presidentes e demais agentes da hierarquia estatal de todas as nações, dando origem à primeira quarentena global da história da humanidade (Ramonet, 2020).

A princípio, sem condições de atuar diante da gravidade do problema, as nações tenderam ao fechamento de suas fronteiras com vistas a criar estratégias de enfrentamento apenas em seu próprio território, adotando uma política de isolamento protecionista (Gil, 2020). Com o passar do tempo, entretanto, notou-se que o problema era bem mais complexo e ganhava a esfera global, demandando estratégias mais amplas, articuladas em termos planetários. O isolamento, apesar de ter trazido resultados significativos, já não era suficiente para fazer frente à pandemia. Afirma Descola que, ao adquirir a consciência de que a humanidade “compartilha um destino comum porque está exposta aos mesmos riscos, então claro está que é ilusório fechar as fronteiras” (Descola, 2020, p. 7).

Pelo fato de a pandemia ter atingido primeiramente o hemisfério norte do globo, o Brasil teve um período para se programar diante da gravidade anunciada. Nesse tempo, os governantes federais, estaduais e municipais tiveram acesso a dados que permitiam compreender e avaliar minimamente as ações governamentais adotadas por países que tiveram alguma margem de sucesso ou de fracasso no esforço para deter a propagação da doença e o aumento do número de mortes.

O intervalo de dois meses até a chegada da Covid-19 no Brasil, entretanto, não foi suficiente para que fossem tomadas medidas governamentais significativas e suficientes de contenção do seu avanço. A elevação exponencial do número de casos e de mortes deu-se a cada dia, semana e mês, sem chegar, até o momento a uma estabilização. As capitais, que possuem maior densidade demográfica e fluxo aéreo internacional, foram as mais atingidas em um primeiro momento. No mês de junho, entretanto, houve uma mudança na incidência dos casos e mortes, sendo que, pela primeira vez, as cidades do interior começaram a ter maior número de casos do que as capitais brasileiras. Referindo-se à inoperância da resposta governamental, Safatle (2020) chegou a afirmar que, dada a gravidade da situação brasileira, o país tornou-se “palco da tentativa de implementação de um estado suicidário”, esclarecendo em seguida que este envolve “um novo estágio nos modelos de gestão imanentes ao neoliberalismo” em sua face “mais cruel, sua face terminal” (Safatle, 2020, p. 3).

Cada uma das ações ou omissões governamentais na pandemia pode ser compreendida na sua relação com o surgimento do Estado e de suas funções sociais, econômicas e políticas. Serão aqui apresentados três tópicos relevantes a partir dos estudos de Foucault (1977/2008): a elaboração histórica de uma primeira racionalidade governamental, o seu fortalecimento e conseqüente distanciamento da soberania, assim como a interface entre governo, liberalismo e biopolítica. Esse recuo histórico servirá de base argumentativa para evidenciar o quanto a governamentalidade contemporânea, na interface anteriormente citada, ainda carece de um compromisso político-democrático para, de fato, atender às necessidades da população a que se propôs governar.

Primeiramente, a noção de governamentalidade, que foi amplamente explorada por Foucault (1977/2008), ganha relevância nesta análise. O autor demonstra que a elaboração de uma racionalidade de Estado implicou a longínqua construção de uma separação do regime de soberania que vigorava até o século XVIII. Assim, a governamentalidade teve seus primeiros contornos esboçados em uma série de situações que ele denominou como “mudanças essenciais” (Foucault, 1977/2008, p. 469). Na conclusão do curso Segurança, território e população, Foucault destaca quatro delas: primeiro uma organização geral da sociedade para a gestão comum dos homens e que ganhou a denominação de “sociedade civil” (p. 470). Em seguida, Foucault assinala que a governamentalidade de Estado buscou aproximações com “conhecimentos científicos” (p. 471), especialmente os advindos da economia política, que embasassem as ações e práticas dos agentes públicos a fim de que suas ações não fossem realizadas às cegas e de modo autoritário, como era comum na soberania. Outra mudança essencial assinalada por Foucault refere-se

ao esforço de compreender a população e seus problemas específicos, voltando-se para o estudo de suas regularidades, práticas cotidianas, higiene, demografia, enfim, um conjunto de “fenômenos naturais” (p. 473) que a caracterizavam. Por fim, Foucault descreve a emergência histórica do que assinala como a necessidade de “instituir mecanismos de segurança” (p. 474) por meio dos quais se buscava garantir a governamentalidade. A composição entre essas quatro mudanças essenciais descritas por Foucault (efetuação de uma sociedade civil, busca de conhecimentos científicos, atenção à população em suas regularidades e mecanismos de segurança) foi o que, em larga medida, possibilitou de início a despedida da soberania como organização social instaurada e a emergência histórica dos rudimentos de um Estado cuja função consistia em fazer a gestão social da população, intercalando macro e micro poderes governamentais.

Em segundo lugar, cabe assinalar que essa maneira racional de governar sofreu diversas transformações, especialmente no século XVIII, delineando como algo mais próximo do que hoje conhecemos como Estado. Tendo como norteadores a economia política e os preceitos do mercado, tal como demonstra Foucault no curso denominado Nascimento da Biopolítica (1978/2008), esboçou-se uma “razão do estado mínimo: Essa arte de governar o menos possível, essa arte de governar entre um máximo e um mínimo, e mais para o mínimo que para o máximo” (p. 40). Em suas palavras, a característica das intervenções do Estado respeitava certa “frugalidade” (p. 41) por meio da qual era mantida uma espécie de prudência para bem delinear quais seriam as “fronteiras da competência do governo” (p. 54). De certo modo, uma configuração prévia do liberalismo já começava a ser garantida desde o momento de emergência desse regime governamental. É dessa maneira que Estado e liberalismo estabelecem uma primeira aliança valorativa e governamental a fim de demarcar diferenças significativas em relação ao anterior regime de soberania, que centralizava decisões, atuava sem mediações e agia de modo autoritário sobre o modo de vida e decisão sobre a morte de seus súditos.

Frente a essas duas mudanças, de acordo com Foucault (1978/2008), vai sendo traçado um estreito vínculo entre Estado, liberalismo e biopolítica, sendo essa articulação a terceira dimensão aqui analisada. Para Foucault, uma “análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental” (p. 30). E ele acrescenta: “só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é biopolítica” (p. 30). Ora, o liberalismo, como valor predominante da razão governamental do século XVIII, coloca no mercado sua maior ênfase. Nessa perspectiva, ao mercado é atribuído um estatuto de instância inconteste que se efetua sobre a vida social organizada e sobre suas possibilidades de “progresso” (p. 75). O autor chega a considerar que, naquele momento, o “mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade” (p. 44) que passa a ser assumida pelos governantes e disseminada para população como um conjunto de valores a serem legitimados e reproduzidos no seu cotidiano. Assim, tanto nos momentos em que as nações foram tomadas de modo isolado quanto naqueles em que foram consideradas de maneira conjunta, o foco da governamentalidade implicava uma “planetarização comercial” (p. 80) que possibilitou uma visão geral sobre a produção de riquezas, o gasto de energia e a sua distribuição planetária. Já a biopolítica, em sua interface com o mercado, foi assim compreendida:

Maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje. (Foucault, 1978/2008, p. 431)

Diante dessa caracterização da emergência histórica da racionalidade de Estado retornamos à análise dos efeitos governamentais sobre o controle e expansão da Covid-19. Diferentes articulações podem ser feitas entre a experiência da pandemia e a análise de Foucault relativa aos rudimentos históricos de um Estado nascente. Como dito, foi notável, desde o início da pandemia, os limites e variações das intervenções gover-

namentais em escala mundial, com representantes sendo solicitados a se posicionar em termos econômicos, políticos, sanitários, educacionais e relacionais, sendo que suas posições tiveram repercussão planetária.

No caso específico do Brasil, houve uma acentuada divergência entre as posições assumidas pela esfera governamental federal quando comparadas às esferas estaduais e municipais. Na esfera federal, a presidência da república manteve a posição de apoio à continuidade da atividade econômica, estimulando a permanência nos locais de trabalho e evidenciando assim sua aliança incondicional com o mercado. E, para isso, a população era amplamente convocada a interromper o isolamento social proposto pelo Ministério da Saúde e a pagar seu preço “para que a economia não parasse, para que os empregos fossem garantidos. Alguém tinha que pagar pelo sacrifício” (Safatle, 2020, p. 6).

Já as esferas estaduais e municipais oscilaram entre a continuidade das atividades econômicas e o isolamento, com situações de fechamento completo das atividades econômicas, adoção de dispositivos de biossegurança e restrição de deslocamento. Tais providências deixavam entrever, ao menos parcialmente, uma preocupação com as condições de segurança sanitária oferecidas à população. Mas, de fato, o que havia no horizonte desses gestores públicos era a previsão de que os sistemas de saúde entrariam rapidamente em colapso (Ramonet, 2020) caso providências mais incisivas, por parte do Estado, não fossem tomadas.

Resgatando as análises de Foucault (1978/2008), já é possível vislumbrar, na descrição dessa primeira diferença entre os níveis de governança brasileiros, as estratégias utilizadas para delimitar a amplitude e o limite de sua intervenção. O esforço para manter a “razão do estado mínimo” (p. 40) foi amplamente assumido pelo governo federal, mantendo-se coerente com sua proposta político-partidária de um liberalismo de mercado dominante, com vistas à manutenção e à expansão das riquezas (Latour, 2020). Nesse contexto, Butler evidencia que “algumas pessoas tornam-se mais ‘humanas’ ou ‘valiosas’ aos olhos do mercado e do Estado” (Butler, 2020, p. 1). Com isso, ela acrescenta:

A brutalidade do capitalismo se apresenta às claras, sem nenhum pudor: o empregado deve ir trabalhar para conseguir viver, porém o local de trabalho é onde sua vida é colocada em risco. Marx já dizia isso na metade do século XIX e assustadoramente esse pensamento ainda se aplica à nossa realidade. (Butler, 2020, p. 3)

Tal brutalidade tem continuidade nos governos estaduais e municipais quando oscilam entre a continuidade e a interrupção da atividade econômica. Parte deles, entretanto, atenta aos limites dos sistemas de saúde estadual e municipal, que estão sob sua responsabilidade jurídica, tendeu a assumir uma posição inicial em sintonia com o Ministério da Saúde e com as avaliações do Supremo Tribunal Federal – que lhes conferiu autoridade para deliberar e sustentar as práticas de isolamento e distanciamento sociais. Em ambas as posições, notam-se os esforços de argumentar as ações por meio de uma racionalidade estatal que, mesmo enfrentando uma grave pandemia, buscava manter-se mínima, como caracterizado por Foucault (1977/2008). Cabe assinalar também que as bases científicas utilizadas para argumentar as posições foram bem diferentes: por parte do governo federal, os especialistas escolhidos para consulta foram basicamente os economistas. Já os governos estaduais e municipais aproximaram-se dos argumentos do Ministério da Saúde, da OMS, bem como das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para defender suas ações junto à população.

Outro ponto que merece destaque nas ações governamentais é a concepção de população, bem como a avaliação geral de risco e vulnerabilidade que a mesma comporta. A população tornou-se um objeto de interesse desde os primeiros traçados de uma razão governamental. Foucault (1978/2008) mostra que a assunção da ideia de população implicou a interação com conhecimentos gerados pelas diferentes ciências como, por exemplo, a medicina social, que detinha “o que era chamado na época de higiene pública”. Esta, dentre outras coisas, versava sobre “os problemas da demografia” (p. 473) e seus desdobramentos organizativos. Assim, a relação com o conhecimento científico, assinalada pelo autor, vai se mostrar determinante por ocasião da pandemia.

No contexto pandêmico, os modos de se conceber a população por parte dos agentes governamentais levaram em consideração os interesses de diversas forças sociais, dentre as quais estão os empresários, os trabalhadores, os profissionais liberais, as instituições religiosas, de saúde e os governos. Prevaleceu, no entanto, a concepção econômica, que vê a população como massa produtora de riqueza. Foucault aponta (1996, p. 289) que os objetivos do governo, desde seus primeiros passos, consistem em “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde”. E isso seria realizado a partir de estratégias específicas como:

campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população. (Foucault, 1996, p. 289)

Em larga medida, tal posição foi assumida no combate à Covid-19. E, nesse sentido, grande parte da atenção governamental despendida nesses últimos meses buscou dirigir a população evitando que abandonasse o local de trabalho mesmo com o avanço das contaminações, intervindo sobre os modos de agir coletivamente frente a tal risco. A vida econômica, por assim dizer, se sobrepôs à vida biológica, ao menos no posicionamento governamental. Já no conjunto da sociedade, é possível considerar o quanto a noção de vida entrou em uma disputa, fato que novamente permite caracterizar a contemporaneidade como marcadamente biopolítica. Foucault (1996, p. 289) ainda destaca que a população aparece “como objeto nas mãos do governo”. E isso ocorre quando ela se torna “consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (p. 289).

As contribuições aqui reunidas da obra de Foucault foram diretamente relacionadas com o advento da pandemia, ainda que se refiram a um período histórico anterior ligado à consolidação do capitalismo e do estado moderno. Os três elementos assinalados por Foucault naquele período têm uma presença efetiva no desenrolar dos acontecimentos na pandemia por Covid-19: o liberalismo, a biopolítica e o Estado. O pensamento liberal fundamenta-se na total autonomia dos agentes econômicos para realizar todas as etapas da produção e comercialização de mercadorias. Foi o que se viu na pandemia com a defesa incondicional da continuidade da atividade econômica independentemente dos riscos de contaminação que ela comportava. Já a abordagem orientada pelo fazer viver da biopolítica teve como principais protagonistas os setores da saúde, da ciência e da educação que advogavam o cuidado incondicional com a preservação da vida. Tais fatos permitem reconhecer a concepção adotada por Foucault sobre os saberes em sua relação com o poder: “A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores” (1975/1999, p. 302). Muitos integrantes do aparato estatal, assim como segmentos importantes da população, também se posicionavam dessa forma, marcadamente biopolítica, e questionavam o valor da orientação mercadológica na tomada de decisões quando a vida da população estava em jogo.

É interessante observar que aqueles que defenderam a postura liberal de abertura do mercado responderam utilizando, a seu modo, a vida como argumento, tal como aqueles que se posicionaram sob o enfoque biopolítico. Assim, para os liberais, o normal funcionamento da economia era um imperativo que, se não fosse considerado, colocava a vida de trabalhadores e empresários em risco econômico por retirar desses as condições de sua subsistência. Configura-se, então, um contencioso, ou ainda, um embate em torno do que vem a ser a vida, com cada segmento apropriando-se deste termo em uma perspectiva própria. Por fim, o Estado que, como assinala Foucault (1977/2008), tende sempre ao estado mínimo, posicionou-se também pela lógica de mercado. Evidencia-se, então, um cenário que reúne diferentes segmentos ocupados em definir e caracterizar o que vem a ser a vida. Eis o que pode ser descrito como um processo de politização da vida e foi isso que se viu no transcorrer da pandemia.

## O Setor Produtivo, as Forças Institucionais e a População: O Caso de Londrina

Conforme argumentado até aqui, é notável o protagonismo da governamentalidade estatal sobre a vida das populações e das cidades no contexto da Covid-19. Desde as primeiras incidências da doença na cidade estudada, foi possível acompanhar as ações governamentais e de setores da sociedade civil que competiam entre si para colocar seus interesses em primeiro plano, falando em nome da vida. Como já mencionado, destacaram-se como agentes dessas ações o prefeito, os membros e representantes da ACIL, o aparato jurídico, os profissionais de saúde e a população em geral. Com isso, o poder executivo ganhou ampla visibilidade e suas ações geraram reações que puderam ser identificadas neste estudo: a revolta, a dúvida, a desconfiança, o medo, o constrangimento, a negação da gravidade e a confrontação diante das deliberações. O que mostraremos, por meio das notícias veiculadas na referida cidade, é que as decisões institucionais sobre o fechamento e a abertura dos setores produtivos provocaram mobilizações antagônicas entre seus habitantes, compostos por empregadores, trabalhadores e integrantes da população, evidenciando uma ausência de consenso que atinge diferentes domínios da vida. Santos (2020, p. 1) denominou como uma “cruel pedagogia do vírus” os efeitos desses embates, nos quais as contradições sociais ganham visibilidade.

A primeira ação governamental em Londrina desde o decreto da pandemia datou de 13/03/2020 e foi protagonizada pelo Governo Federal que, por meio do Ministério da Saúde, recomendou o cancelamento ou adiamento de eventos de quaisquer naturezas que envolvessem ampla participação presencial. Decorrente dessa primeira recomendação, a maior instituição educacional da cidade, a Universidade Estadual de Londrina, por decreto de seu reitor, suspendeu todos os eventos e as atividades presenciais de graduação em 17/03/2020 (Universidades..., 2020, 3 de março). Concomitantemente, houve a proliferação de notícias oficiosas, geralmente difundidas por *WhatsApp* informando que o comércio da cidade seria fechado pelo governo municipal – fato que se confirmou alguns dias mais tarde. Nesse primeiro momento, a cidade contava com um caso da doença e nenhuma morte decorrente da Covid-19 (Secretaria do Estado do Paraná, 2020).

No dia 19/03/2020, o prefeito da cidade veio a público, por meio de uma entrevista coletiva à imprensa, declarar o fechamento total do comércio da cidade, declarando: “saúde humana sempre em primeiro lugar” (Belinati..., 2020). Pautado nos estudos do que denominou como “grupo de especialistas” (formado por médicos ligados à vigilância epidemiológica, bem como por pneumologistas e infectologistas) o prefeito esclareceu que a decisão por fechar o comércio era pautada na escolha estratégica pelo isolamento como forma de contenção do avanço da Covid-19 na cidade. Esclareceu também a adesão da cidade às recomendações do Ministério da Saúde e à análise dos números internacionais satisfatórios de cidades e países que aderiram ao isolamento social com antecedência. Nessa coletiva, o prefeito, graduado em medicina e direito, afirmou: “precisamos nos unir nessa luta”, insistindo na importância do isolamento social. Questionado sobre os problemas econômicos que tal decreto geraria, respondeu que, no momento, cabia “salvar a vida das pessoas” e que “não dá para dimensionar o valor dessa vida”. Complementou então, encerrando a coletiva: “Vai gerar problema econômico? Vai, mas o mais importante é salvar a vida dos cidadãos londrinenses e da nossa região” (Belinati, 2020). Nota-se que nessa primeira providência do gestor municipal a noção de vida está amplamente ligada à noção de biopolítica como o “poder de ‘fazer’ viver”, tal qual caracterizada por Foucault (1975/1999, p. 287) e que envolve “um conjunto de processos”, dentre os quais se destaca o “problema da morbidade”, nas “famosas epidemias cujo perigo havia atormentado tanto os poderes políticos desde as profundezas da Idade Média (aquelas famosas epidemias que eram dramas temporários da morte multiplicada, da morte tornada iminente para todos)” (Foucault, 1975/1999, p. 290). Constata-se também que o problema da população se reeditou no contexto da pandemia: como governar uma população, preservando as máximas do “fazer viver” e do “estado mínimo” quando a morte iminente coloca em evidência a inexistência de consenso, ainda que parcial, nas demandas expressas pela população? Já de início era possível vislumbrar que a pandemia geraria uma série de polêmicas.

No decorrer da semana seguinte a esse anúncio, proliferaram as mais diversas reações em jornais e sites da cidade, ora condenando e ora apoiando a ação governamental de fechamento do comércio, dos

serviços e da indústria. Fechamento este que se estendeu para a área de construção civil de obras públicas e privadas (Struck, 2020) e, na sequência, para feiras-livres em 19/03/2020 (Marconi, 2020, 19 de março), prevalecendo nesse momento a concepção de vida vinculada à segurança e preservação biológicas.

Como reação às decisões do governo municipal, em 27/03/2020 aconteceu na cidade uma série de “buzinações” e “carreatas”, eventos esses que se repetiram em diversas cidades brasileiras e nos quais um grande número de motoristas dirigiam seus automóveis conjuntamente como forma de protesto político. Tratava-se de uma ação protagonizada por empresários e profissionais liberais que solicitavam a reabertura imediata do comércio (Buzinaço..., 2020, 27 de março), das indústrias e dos serviços, com o retorno imediato dos trabalhadores aos seus postos. Apelidada de “carreata da morte”, tais manifestações evidenciaram a ação dos “empresários que cantam a indiferença de nossas mortes” (Safatle, 2020, p. 9). Nessa direção, diversas foram as ocorrências de desrespeito à normativa municipal. Até o dia 01/04/2020, a Guarda Municipal da cidade já havia recebido 737 denúncias de pessoas, estabelecimentos comerciais, estabelecimentos de serviços e indústrias que não estavam respeitando o decreto de quarentena na cidade, pelo qual atividades de natureza econômica estavam proibidas (GM..., 2020, 1º de abril).

Após quinze dias de quarentena decretada pela prefeitura, em 03/04/2020, o gestor municipal e sua equipe vieram novamente a público para informar a decisão de manter o comércio fechado até o feriado da páscoa, bem como a adoção de novas medidas restritivas e de segurança sanitária (Prefeito..., 2020). No dia seguinte, os guardas municipais atenderam a ordem de fechar os maiores parques públicos da cidade, dentre os quais estavam os denominados Zerão, Igapó e os parques localizados em praças de bairros periféricos, orientando seus frequentadores a retornarem para suas residências (Guardas..., 2020, 4 de abril).

Antes de adentrar no feriado de páscoa (09/03/2020), o prefeito informou que o comércio deveria seguir fechado ao menos até 20/04/2020 e novas medidas de combate à Covid-19 seriam anunciadas, como o uso obrigatório de máscaras em locais públicos e a disponibilização obrigatória de álcool gel 70 nos estabelecimentos considerados essenciais (mercados, farmácias e postos de gasolina). A posição da ACIL, nesse momento, já não era mais de apoio parcial ao poder executivo municipal e sim de enfrentamento com o mesmo, tendo em vista a proximidade da comemoração do dia das mães, data tradicionalmente reconhecida como estratégica para a realização de vendas no comércio. Uma nova concepção de vida se manifesta e se coloca em disputa. Mas, nesse caso, conforme assinalou Lazzarato:

A vida dos humanos, como todos podem constatar, deve submeter-se à lógica contábil que organiza a saúde pública e decide quem vive e quem morre. A vida dos não humanos se encontra nas mesmas condições porque a acumulação de capital é infinita e se o ser vivente, com sua finitude, constitui um limite à sua expansão, o capital o afronta, como todos os limites que encontra, superando-o. Esta superação implica, necessariamente, na extinção de cada espécie. (Lazzarato, 2020, p. 15)

Foi tomando em consideração as pressões do mercado que, em 17/04/2020, a prefeitura anunciou que o comércio de rua da cidade seria reaberto no dia 20/04, com horários reduzidos, sendo que academias e *shoppings* seguiriam fechados (Comércio..., 2020, 17 de maio). Houve, nesse dia de reabertura, uma intensa movimentação de pessoas pelo centro da cidade, com formação de filas e aglomerações, especialmente justificadas pelo pagamento de contas vencidas. Diante desse cenário, o prefeito anunciou que voltaria a fechar o comércio caso as medidas de contenção fossem relaxadas. Em 23/04/2020, circulou a notícia de que a atividade econômica no estado caiu 28,8% entre os meses de março e abril (Atividade..., 2020, 23 de abril), servindo como mais uma pressão pelo retorno das atividades. Chomsky (2020, p. 3) esclarece que nos colocamos na vizinhança de uma desgraça caso nada fosse feito. Para ele, o “caldo de cultura dessa pandemia é o capitalismo exacerbado pelo neoliberalismo”, que também entra na disputa pela noção de vida, adotando um enfoque produtivista e mortífero.

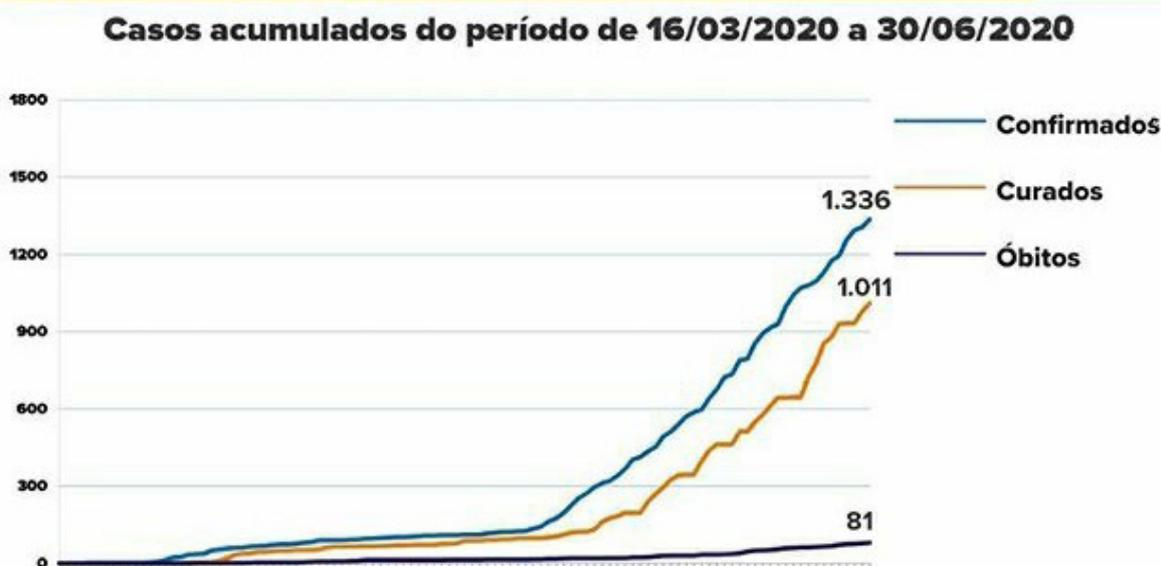
Em 27/04/2020, o Tribunal de Justiça do Paraná suspendeu a reabertura do comércio de Londrina, sendo que apenas dois dias depois a prefeitura foi notificada e anunciou novo fechamento, em 30/04/2020, mantendo a abertura apenas de atividades essenciais (Decisão..., 2020, 27 de abril). A Universidade Estadual de Londrina adotou como estratégia avaliar mês a mês as condições sanitárias para retomada do ensino presencial de graduação. A cada nova avaliação, optou-se por permanecer na posição de não retornar ao ensino presencial ou remoto até o mês de junho, quando começaram as primeiras discussões sobre a possibilidade de retorno das atividades de ensino de graduação sob o modo remoto por meio do aparato computacional e da internet.

Com a aproximação do dia das mães e pressionado por empresários comerciantes, o prefeito fez uma série de questionamentos ao Ministério Público solicitando pressa para reabertura do comércio que, em 07/05/2020, véspera do dia das mães, retomou suas atividades em *shoppings* e galerias. Interessante notar que o discurso adotado pelo prefeito a partir desse momento de reabertura sofreu uma série de variações, enfatizando a importância de preservar o setor produtivo da cidade, defendendo a necessidade dos empregos e a sobrevivência dos trabalhadores, com evidente adesão ao mercado. Nesse caso, Butler (2020, p. 4) chama a atenção sobre quem será desproporcionalmente exposto ao risco de contaminação e morte ao afirmar: “aqueles cuja morte é mais provável tendem a ser pobres, indígenas, pessoas de raças marginalizadas, aqueles que não possuem o privilégio de ter seguro de saúde”.

Paralelo a essa última abertura, ainda no final do mês de maio, ocorreu um movimento liderado por parte dos membros da igreja católica exigindo que o bispo retomasse as missas presenciais. Vários *outdoors* foram distribuídos pela cidade, assinados pelo movimento autodenominado Brasil Católico, com a seguinte mensagem: “Dom Jeremias, exigimos o retorno das missas!”. No mesmo painel, seguia a frase atribuída a alguém denominado Cardeal Miller: “A igreja não é um cliente do Estado, e nenhum bispo tem o direito de Banir a Eucaristia dessa forma” (Wiltemburg, 2020). Nota-se, assim, que mais uma esfera institucional entrou no embate, aliando-se ao pensamento liberal para garantir a presença da população em suas instalações e mantê-la conectada a seus valores.

Até o dia 18/05 a cidade manteve certa regularidade, com a incidência média de 3 casos por dia. Após esta data, entretanto, o aumento no número de casos e de mortes foi significativo, acumulando em média 30 casos diários confirmados. O gráfico abaixo permite visualizar o número de casos e mortes registrados na cidade entre os meses de março e junho.

Gráfico 1: Boletim Informativo – junho/2020.



Fonte: Boletim Coronavírus (Covid-19). Prefeitura de Londrina. Recuperado de [https://saude.londrina.pr.gov.br/images/covid\\_19\\_boletim/Boletim\\_COVID\\_30-06.pdf](https://saude.londrina.pr.gov.br/images/covid_19_boletim/Boletim_COVID_30-06.pdf)

É notável que o avanço do número de casos e de mortes por Covid-19 ocorridos na cidade foi expressivo logo após a reabertura da atividade produtiva decretada pela prefeitura e pela justiça no mês de maio, agravando a delicada situação sanitária que já estava em vias de se instalar. Em 06 de junho, o Hospital Universitário, escolhido para ser a referência no tratamento da Covid-19 na cidade, teve 100% de seus leitos preenchidos, enquanto os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços seguiram em pleno funcionamento (Orikassa, 2020). Foi assim que a opção por preservar a continuidade das atividades de mercado, conforme relata Lazzarato (2020, p. 8), deixou “o sistema sanitário de joelhos e enfraqueceu a capacidade de afrontar as urgências na área de saúde”, repetindo-se no cenário da Covid-19. Ainda com Lazzarato (2020, p. 15), cabe dizer que na sociedade capitalista as existências “são cativantes apenas como possibilidades de investimento e unicamente como fontes de lucro”. É por isso que o “estado suicidário” colocado em funcionamento, tal qual descrito por Safatle (2020, p. 3), ganhava apoio aceleradamente entre a população e as instituições, acompanhando a ampliação do número de casos e de mortes.

A única medida governamental capaz de suspender novamente a abertura do setor produtivo da cidade foi tomada pelo governo estadual. No final de junho e diante do aumento exponencial dos casos e mortes no estado, o mesmo decretou que as cidades pertencentes a 6 das 22 Regionais de Saúde do Estado, incluindo a 17ª. Regional sediada em Londrina, deveriam entrar em quarentena (Okawa, 2020a), mantendo apenas o funcionamento dos setores tidos como essenciais. Novamente, o que se viu foi a polarização, acompanhada com uma mudança de alianças políticas: de um lado o gestor municipal e a ACIL, de outro o governo estadual (Lojistas..., 2020, 1º de julho). O presidente da ACIL chegou a declarar: “Decreto será pá de cal das empresas de Londrina” (Okawa, 2020b). O governo estadual, diante do descumprimento do decreto por parte dos comerciantes da cidade, ameaçou responsabilizar seu gestor pelas consequências dessa decisão. Quatro dias após essa ameaça, o comércio na cidade foi novamente fechado (Londrina..., 2020, 5 de julho), quando eram publicados os seguintes dados referentes à Covid-19: 1.673 pessoas contaminadas e 88 mortes registradas (Com mais..., 2020, 6 de julho). Esses números expressam o resultado dos embates entre o Estado, o liberalismo e a biopolítica no âmbito local. Resultado este que se efetuiu seja nas ações governamentais e institucionais realizadas na cidade, seja na opinião pública, provocando um aumento exponencial no número de casos e de mortes, bem como colocando o sistema de saúde da cidade em risco de colapso.

No dia 14 de julho, entretanto, o governo estadual suspendeu as medidas restritivas alegando que “a decisão foi tomada por orientação da vigilância epidemiológica” (Comércio reabre..., 2020, 14 de julho). Nesse mesmo dia, a cidade já contava com 2.130 casos e 96 mortes, uma curva visivelmente ascendente.

Os dados aqui apresentados e analisados demonstram que a “pedagogia do vírus”, tão bem diagnosticada e exposta por Santos (2020, p. 1), está longe de tornar-se efetiva na cidade estudada. Em seu lugar, os interesses econômicos se sobressaíram de modo hegemônico advindo em grande parte das diferentes forças institucionais aqui apresentadas e analisadas, com destaque para a população local que também norteou suas ações em função desses interesses.

## Considerações finais

O presente estudo buscou dar visibilidade aos embates governamentais e biopolíticos ocorridos em uma cidade de médio porte no enfrentamento da Covid-19. Se de início discutimos a possibilidade levantada por Santos (2020) de que a pandemia nos expunha a uma “cruel pedagogia do vírus”, cabe avaliar em que medida é possível aprender algo com esse acontecimento. Tanto pela via foucaultiana, que mostrou os rudimentos da emergência de uma governamentalidade estatal quanto na companhia dos autores contemporâneos que, em meio à pandemia, reconheceram a relevância das ações ou omissões governamentais, foram explicitadas algumas linhas diagnósticas sobre essa experiência. Por meio dos dados coletados sobre a cidade analisada pode-se vislumbrar alguns pontos que remetem a uma biopolítica presente em todas as forças designadas.

Trata-se de uma biopolítica que incide diretamente sobre a vida da população, adotando um discurso que remete a uma suposta proteção das condições de subsistência. Por um lado, a proteção da vida teve como norteador o saber científico econômico, prezando pela continuidade das atividades laborais em todos os setores da economia bem como pela expansão econômica. Essa posição foi protagonizada pelo governo federal, mas também ocasionalmente pelos governos estaduais e municipais. Por outro lado, o discurso de proteção incondicional da vida pautou-se nos saberes médicos e sanitários, que priorizavam o isolamento e o distanciamento sociais, ainda que a atividade produtiva tivesse de ser sacrificada por algum tempo.

Nesse movimento de manter e interromper as atividades econômicas, uma primeira aprendizagem está em demarcar o quanto a governamentalidade continua fiel às suas origens liberais que prezam por um estado mínimo, cujas intervenções devem ser realizadas respeitando os interesses de agentes sociais como, por exemplo, os empresários. Nesse primeiro ponto é necessário se deter sobre que tipo de vida está sendo considerado: a vida de todos ou ainda um tipo específico de vida, possível somente para alguns e que, para ser protegida, precisa que outros corram riscos. O “fazer viver” biopolítico, nesse último caso, seria altamente seletivo e cabe pensar quem seria responsável por realizar essa seleção. O próprio Foucault, em seus estudos sobre o século XVIII, deixa-nos entrever a resposta cabível em pleno século XXI: o responsável por essa seleção continua sendo o mercado e quem pode pagar pela proteção acaba ganhando uma posição diferenciada no conjunto da população.

Uma segunda aprendizagem, que foi conquistada a duras penas, é a evidência de que o Estado se mostrou enfraquecido para realizar especificamente a tarefa de criar dispositivos estratégicos para proteger a vida da população, em especial no que se refere à saúde em contexto de crise sanitária. Mesmo reconhecendo sua aliança estratégica com a manutenção das instâncias econômicas liberais, as campanhas sanitárias de esclarecimento populacional foram inexpressivas, enquanto os índices de contaminação e óbitos ficaram altíssimos e, em alguns lugares e momentos, fora de controle governamental. Nota-se, portanto, que a pandemia jamais poderia ser tratada como um evento banal, tal como a postura adotada pelo governo federal. Trata-se de uma situação que requer dos governantes a habilidade estratégica de responder prontamente, tomando em consideração a velocidade dos adoecimentos e das mortes. Ocorre que os cuidados mínimos de planejamento e intervenção estratégicos de combate também se mostraram ineficientes e demarcaram os limites da racionalidade governamental para planejar e atuar com eficiência diante de um problema emergente de saúde, acionando as diferentes forças sociais que já estão consolidadas. O que vimos nos dados apresentados e analisados foram ações isoladas, pouco planejadas e nada articuladas, tanto entre os níveis governamentais, quanto na relação do governo com a sociedade civil organizada e a população. Os desgastes decorrentes dessa irracionalidade governamental geraram dúvidas, confrontos desnecessários, medo, desconfiança e, o mais grave de tudo, uma tendência negacionista quanto à gravidade da doença.

Diante dessas dificuldades e limites geradores de um grande número de vidas perdidas cabe-nos, enquanto psicólogos sociais, participar do delineamento de uma nova narrativa, dentre tantas que já estão sendo desenhadas, para oportunizar a construção do futuro pós-pandêmico que incorpore o que foi parcialmente analisado neste estudo de caso. Tarefa nada fácil, tendo em vista que outras forças sociais, econômicas, jurídicas, mercadológicas e liberais já se adiantaram e estão na disputa para definir a concepção de vida por vir, gastando grande energia e argumentação para retomar o mais rápido possível a despotencializada vida anterior e repetindo, como uma espécie de mantra naturalizado: “É vida que segue...”. E sob seu ponto de vista, bastaria seguir no mesmo sentido de outrora: produzindo corpos dóceis para o trabalho, sem energia ou vigor para lutar por direitos sociais, sanitários e trabalhistas de modo universal, conformados com a distribuição desigual de riquezas e das subcondições de existência amplamente exploradas pelo mercado.

Quais outras narrativas podem ser elaboradas para entrar nessa disputa? Em primeiro lugar, sem abrir mão da noção de vida, cabe-nos qualificá-la a partir do acesso irrestrito e universal da população à saúde, às riquezas, à educação e às atividades produtivas. Em segundo lugar, é relevante tomar em consideração a necessidade vital de conceber as atividades produtivas sem evocar a destruição sistemática da natureza em seu sentido mais amplo, considerando as plantas, animais, paisagens e humanos. Teremos aí

um grande desafio: criar riquezas respeitando um senso de suficiência não predatório para com a natureza e suas velocidades. Destacamos, como terceiro ponto narrativo a ser construído, a defesa irrestrita de uma existência aberta, capaz de assimilar e sustentar afetivamente as diferenças de valores e de estilos de vida, fazendo da coexistência uma fonte de riqueza humana e natural.

Por fim, salientamos que tudo isso só será possível quando formos capazes de engendrar uma concepção de vida voltada à conexão e à ação políticas, sabendo que as atitudes de cada um produzem efeitos imediatos na vida do outro e do planeta. Trata-se, nesse caso, de um cuidado político e afetivo recíproco, potente para romper com os interesses meramente individuais a fim de fazer da coletividade uma fonte de aprendizagem em direção ao bem-estar comum.

## Referências

Atividade econômica cai 28,8% no Paraná entre março e abril. (2020, 23 de abril). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/economia/atividade-economica-cai-28-8-no-parana-entre-marco-e-abril-515971.html>.

Belinati anuncia decreto que determina fechamento do comércio de Londrina por 15 dias. (2020, março 19). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/belinati-anuncia-decreto-que-determina-fechamento-do-comercio-de-londrina-por-15-dias-514050.html>.

Boletim Coronavírus. (Covid-19). *Prefeitura de Londrina*. Recuperado de [https://saude.londrina.pr.gov.br/images/covid\\_19\\_boletim/Boletim\\_COVID\\_30-06.pdf](https://saude.londrina.pr.gov.br/images/covid_19_boletim/Boletim_COVID_30-06.pdf)

Butler, J. (2020). Quando a economia se torna o berro agonizante dos eugenistas. *Le Monde diplomatique – Brasil*. Recuperado de <https://diplomatique.org.br/quando-a-economia-se-torna-o-berro-agonizante-dos-eugenistas/?fbclid=IwAR0uRlvhrootQG1ILNoCk9D5K5i->

Buzinção pede reabertura imediata do comércio. (2020, março 27). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/buzincao-em-londrina-pede-reabertura-imediata-do-comercio-514486.html>

Chomsky, N. (2020). Se não conseguirmos um ‘Green New Deal’, ocorrerá uma desgraça. *El País – Brasil*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-05-17/noam-chomsky-se-nao-conseguirmos-um-green-new-deal-ocorrera-uma-desgraca.html>

Comércio em Londrina terá horário reduzido; academias e shoppings fechados. (2020, maio 17). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/economia/comercio-em-londrina-tera-horario-reduzido-academias-e-shoppings-fechados-515694.html>

Comércio reabre nesta quarta após encerramento da quarentena. (2020, julho, 14). *Folha de Londrina*. Recuperado de <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/comercio-reabre-nesta-quarta-apos-encerramento-da-quarentena-2999469e.html>

Com mais três mortes pelo Covid 19, Londrina atinge 88 registros. (2020, julho 6). *Bonde News*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/com-mais-tres-mortes-pela-covid-19-londrina-atinge-88-registros-520152.html>

Decisão do TJPR suspende reabertura do comércio de Londrina. (2020, Abril 27). *BondeNews*. Recuperado em <https://www.bonde.com.br/bondenews/economia/decisao-do-tjpr-suspende-reabertura-do-comercio-de-londrina-516208.html>

Descola, P. (2020). *Nós nos tornamos um vírus para o planeta*. São Paulo: N-1 Edições.

Foucault, M. (1975/1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1977/2008). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1978/2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Gil, J. (2020). *O medo*. São Paulo: N-1 Edições.

GM recebeu 737 denúncias desde o começo da quarentena. (2020, abril 1). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/gm-de-londrina-recebeu-737-denuncias-desde-o-comeco-da-quarentena-514704.html>.

Godoi, Christiane K., Coelho, Ana L. A. L., & Serrano, Araceli. (2014). Elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. *Revista O & S*, 21(70), 509-536. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v21n70/a09v21n70.pdf>.

Guardas Municipais fecham Zerão, Igapó e parquinhos e mandam pessoas para casa. (2020, abril 4). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/guardas-municipais-fecham-zerao-igapo-e-parquinhos-e-mandam-pessoas-para-casa-514901.html>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (0919). *Londrina. Panorama*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>

Latour, B. *Isto é um ensaio geral?* São Paulo: N-1 Edições.

Lazzarato, M. (2020). *É o capitalismo, estúpido!* São Paulo: N-1 Edições.

Logistas abrem as portas mesmo com decreto estadual. (2020, julho 1). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/lojistas-abrem-as-portas-mesmo-com-decreto-estadual-519861.html>

Londrina entra em quarentena ‘mais severa’ nesta segunda-feira. (2020, julho 5). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/londrina-entra-em-quarentena-mais-severa-nesta-segunda-feira-520082.html>

Marconi, P. (2020, março 19). Feiras Livres estão suspensas por tempo indeterminado em Londrina. *Folha de Londrina*. Recuperado de <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/feiras-livres-estao-suspensas-por-tempo-indeterminado-em-londrina-2982950e.html>

Orikassa, M. (2020, junho 6). HU está com 100% dos leitos ocupados. *Folha de Londrina*. Recuperado de <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/hu-esta-com-100-de-leitos-ocupados-2994647e.html>

Okawa, V. (2020a, junho 30). Governo determina novo fechamento em Londrina e seis regiões do Paraná. *Folha de Londrina*. Recuperado de <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/governo-determina-novo-fechamento-em-londrina-e-seis-regioes-do-parana-2997654e.html>

Okawa, V. (2020b, junho 30). “Decreto será a pá de cal das empresas de Londrina”, diz presidente da Acil. *Folha de Londrina*. Recuperado de <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/decreto-sera-a-pa-de-cal-das-empresas-de-londrina-diz-presidente-da-acil-2997662e.html>

Prefeito prorroga fechamento do comércio e amplia medidas restritivas em Londrina. (2020, abril 3). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/economia/prefeito-prorroga-fechamento-do-comercio-e-amplia-medidas-restritivas-em-londrina-514893.html>

Ramonet, I (2020). La pandemia y el sistema-mundo. *Le Monde diplomatique* - en español.

Recuperado de <https://mondiplo.com/la-pandemia-y-el-sistema-mundo>

Safatle, V. (2020). *Bem vindo ao estado suicidário*. São Paulo: N-1 Edições.

Santos, B. S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra/PT: Edições Almedina.

Struck, V. (2020, março 3). Prefeito suspende obras e endurece medidas de combate ao coronavírus. *Folha de Londrina*. Recuperado de <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/prefeitura-suspende-obras-e-endurece-medidas-de-combate-ao-coronavirus-2983799e.html>

Universidades do Paraná suspendem aulas; UEL decide na tarde dessa segunda (16). (2020, Março 3). *BondeNews*. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/educacao/noticias/universidades-do-parana-suspendem-aulas-uel-decide-na-tarde-desta-segunda-16--513856.html>

Wiltemburg, L. F. (2020, Maio 27). Grupo católico pressiona arcebispo pela volta das missas presenciais. Recuperado de <https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/grupo-catolico-pressiona-arcebispo-pela-volta-das-missas-presenciais-517941.html>.

*Recebido em: 16/07/2020*

*Aprovado em: 11/11/2020*